



## RESENHA

André CARDOSO. *A Música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005. 204 p., ilustr., ms. facsim., bibliogr. ISBN 85-8827208-3

André CARDOSO. *A Música na Corte de D. João VI, 1808-1821*. Coordenador: Paulo Roberto Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 282p., ilustr. bibliogr., ms. facsim., discogr., bibliogr. ISBN 978-85-99102-80-0

*Maria Alice Volpe\**

A historiografia musical brasileira estava a exigir um balanço geral de que agora dispomos com essas duas publicações do regente e musicólogo André Cardoso. O autor tem dado contribuição relevante para os estudos da música no Rio de Janeiro do século XIX. Após abordar a música no âmbito da instituição religiosa dos períodos real e imperial, no livro de 2005, amplia o seu escopo para a música secular, no livro de 2008, ainda proporcionando um balanço do legado de D. João VI para a música no Brasil. Ambos os trabalhos têm o seu mérito reconhecido em instâncias que refletem o juízo da comunidade de especialistas e a acessibilidade ao público leitor mais amplo. O livro de 2005, *A Música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro*, resulta da tese de doutorado defendida na UniRio, sob a orientação do compositor e pesquisador Ricardo Tacuchian, foi premiado e publicado pela Academia Brasileira de Música. O livro de 2008, *A Música na Corte de D. João VI, 1808-1821*, teve o privilégio de ser publicado por editora comercial de respeitável tradição e larga distribuição, a Martins Fontes, numa série sob a coordenação de Paulo Roberto Pereira, professor da Universidade Federal Fluminense.

Ressalte-se aqui o rigor da pesquisa acadêmico-científica aliado a um estilo despojado que torna sua leitura aprazível. A excelente consolidação de aprofundadas pesquisas, a revisão bibliográfica, a descrição e análise dos acervos de fontes primárias, a pesquisa sobre estas últimas, a rica iconografia e o *fac simile* de manuscritos são tratados com equilíbrio e bom gosto da exposição. Ambos os trabalhos consideram detalhadamente a bibliografia pertinente aos aspectos discutidos e consolidam os conhecimentos esparsos em publicações ao citá-las com precisão, inclusive pela honestidade irreprochável com que comenta, utiliza e reinterpreta fontes alheias no espírito do maior respeito autoral e ético pelo argumento, ainda quando diverso do seu pensamento.

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: volpe@musica.ufrj.br



O livro dedicado à história da *Música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro* (2005) abre com um capítulo sobre os aspectos litúrgicos e institucionais da atividade musical: a liturgia católica; a relação entre a Igreja e o Estado pelo sistema do padroado; a hierarquia da Igreja e a hierarquia interna na organização funcional entre os músicos; oferece um levantamento sobre a música nas cerimônias do calendário litúrgico na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro; e conclui com um breve arrolamento da música, nos séculos anteriores, na Capela Real de Lisboa, baseado em fontes secundárias. O segundo capítulo trata do período real, de 1808 a 1821, oferecendo um histórico sobre as atividades musicais do padre José Maurício Nunes Garcia no período anterior a 1808, na Catedral do Rio de Janeiro, a instalação da Capela Real com músicos brasileiros e portugueses, os conjuntos musicais e os *castrati*, retoma lucidamente a questão de Marcos Portugal e o monopólio da música na Capela Real à luz de documentos históricos, e conclui tratando da atuação de Fortunato Mazziotti. O terceiro capítulo aborda a Capela Imperial, no período de 1822 a 1865, dividindo-o em fases segundo a situação político-institucional ou a atuação marcante de seus líderes musicais: os últimos anos de José Maurício e Marcos Portugal, a crise nos anos de Simão Portugal, a extinção da orquestra e a situação dos músicos, e o tempo de Francisco Manoel da Silva com a reorganização da orquestra, a reforma de 1850, a participação dos alunos do recém-fundado Conservatório de Música no coro da Capela Imperial para cantar as vozes soprano e contralto, a morte de Mazziotti e a nomeação de Gioachino Gianini, concluindo com os últimos anos de Francisco Manuel da Silva. O quarto, último capítulo, trata do período entre a morte de Francisco Manuel da Silva e a Proclamação da República, 1866 a 1889, aprofundando os estudos sobre a atuação de Arcangelo Fioritto, seguido de Hugo Bussmeyer (protestante que atuou como mestre de capela na igreja católica), Manoel Joaquim de Macedo e Bento Fernandes das Mercês, concluindo com a última tentativa de reforma da Capela Imperial, até a sua extinção com o advento do regime republicano.

O livro dedicado à história da *Música na Corte de D. João VI* (2008) descortina o processo de secularização das práticas socioculturais no referido período. Após breve introdução histórico-descritiva do Rio de Janeiro, segue o primeiro capítulo cujo título sugestivo, “Um mundo em transformação”, trata da música e dos músicos na época de D. João de Bragança, no contexto da prática profissional na Europa no final do século XVIII e início do XIX, a condição social do músico no Brasil, o profissionalismo e o amadorismo, e as particularidades da vida musical no Brasil do período. Sob o pretexto da breve parada de D. João VI em Salvador, antes de aportar no Rio de Janeiro, o segundo capítulo oferece um apanhado da música na Bahia, coligindo os diversos estudos musicológicos sobre o assunto. O terceiro capítulo, “A música na corte do Rio de Janeiro”, é o mais substancial do livro. Trata desde o



repertório da primeira missa após o desembarque de D. João VI no Rio de Janeiro, aventando as hipóteses sobre as possíveis obras que teriam sido executadas *vis a vis* a documentação primária e secundária, o padre José Maurício, a Capela Real, os cantores castrados, a chegada de Marcos Portugal, o grupo musical e repertório da Real Câmara, os conjuntos musicais da Real Fazenda de Santa Cruz, o ensino musical, a música militar, a música nas ruas e nos salões (a fofa, o batuque, as modas da terra, as danças e os instrumentos musicais afro-brasileiros, o lundu, a modinha), a ópera e os diversos teatros (Ópera Nova, Teatro Régio, o Real Teatro S. João), e a música de ocasião (as solenes exéquias de D. Maria I). Trata ainda da presença de Sigismund Neukomm e o príncipe compositor D. Pedro I. O quarto capítulo fecha o livro e trata do retorno de D. João VI a Portugal e oferece um balanço positivo de seu legado no âmbito musical para o Brasil; segundo o autor, “com a introdução das práticas musicais europeias mais modernas daquela época [...] através da chegada de uma enorme quantidade de músicos que aqui se estabeleceram após a transferência da Família Real”, a atualização do repertório, a reorganização e padronização da música militar a partir do modelo da Banda da Real Brigada, o incremento das atividades de entretenimento com o estilo de vida cortesão, o gradual desenvolvimento de gêneros pouco praticados, como o camerístico e o sinfônico, a criação da Imprensa Régia possibilitando o surgimento das primeiras edições e o desenvolvimento da literatura musical, além da instalação da Capela Real e “a construção do Teatro S. João que iniciou uma tradição lírica que se consolidou durante o século XIX e chegou até os nossos dias” (Cardoso, 2008, p. 249-250 *passim*). Esse estudo resgata a figura do monarca e nos conduz a uma compreensão mais sistêmica da música no período joanino.

A consolidação de conhecimento oferecida por ambos os livros de André Cardoso vem somar ao desenvolvimento da musicologia brasileira, tornando-se referência fundamental para o assunto, além de grande estímulo para as pesquisas vindouras.

MARIA ALICE VOLPE é Professora Adjunto IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora (Ph.D.) em Musicologia e Etnomusicologia pela University of Texas-Austin, E.U.A. (G. Béhague, 1995-2001). Mestre em Música pela UNESP (R. Duprat, 1991-1994). Tem se dedicado à pesquisa da música brasileira do período colonial, dos séculos XIX e XX, bem como a questões teórico-conceituais da musicologia. Seus projetos têm recebido apoio do CNPq, CAPES, FAPESP, FAPERJ e Fundação Biblioteca Nacional. Editora-chefe da Revista Brasileira de Música; Coordenadora e Editora do RIPM-Brasil; membro do RILM-Brasil; e membro da Comissão Consultiva do Projeto Bibliografia Musical Brasileira da Academia Brasileira de Música. Desde 1994 tem participado de congressos e colaborado em publicações nacionais e internacionais. Prêmios: Steegman Foundation Grant for South-American Scholar pela International Musicological Society (2007); e Music & Letters Trust – Oxford University Press (2008).

